



(27-12-2017)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM DE VINTE SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no edifício sede da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, pelas vinte e uma horas, encontrando-se presentes a maioria dos membros que compõem a Assembleia de Freguesia, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Um: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, acerca da atividade da Freguesia, nos termos da alínea e) do número dois do artigo nono da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro. -----

-----Dois: Apreciação, discussão e votação do orçamento e opções do plano para o ano de dois mil e dezoito. -----

-----Três: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação da segunda revisão orçamental. -----

-----Quatro: Outros assuntos de interesse da Freguesia, de acordo com as competências previstas na Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, que altera a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro e a Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de janeiro. -----

-----Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia de Freguesia, convocada nos termos legais pela Sr^a. Presidente da Assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa, Sofia Ferreira (Presidente da Assembleia), Manuel Lourenço (Primeiro Secretário) e Sónia Vital (Segundo Secretário). Na Assembleia, Ivone Ervideira, António Moreira, Hugo Mendes, Tiago Fernandes, Vânia Silva, Carlos Bento, Diamantino Rodrigues e António Figueiras. Faltaram, Carlos Anunciação, legalmente substituído por Rui Fróis e Paulo Henriques. O Executivo, João Apolinário (Presidente), Anabela Caetano (Secretário), José Santos (Tesoureiro), Rui Arsénio (Vogal) e Marta Lopes (Vogal). -----

-----Sendo vinte e uma horas, declarou o Senhor Presidente da Assembleia, aberta a sessão. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----De acordo com o estipulado no número um do artigo quarenta e oito da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, inscreveram-se para intervir no final da sessão os cidadãos, João Rosa com o seguinte assunto:

Votos de sucesso para o atual mandato desta Assembleia e Junta de Freguesia e pedido de acesso aos documentos tratados em Assembleia; e Manuel Martins com o seguinte assunto: solicitar ata da reunião do Executivo anterior onde foi decidido os projetos para a Ribeira de Muge e para trinta hectares da parte sul da Herdade dos Gagos. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Vamos passar à aprovação da ata de dezanove de setembro de dois mil e dezassete. -----

-----Posta à votação a ata de dezanove de setembro de dois mil e dezassete foi aprovada por maioria com abstenção dos Deputados, António Figueiras da CDU e Hugo Mendes do Grupo do PS. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Seguidamente e por não terem estado presentes no ato de posse, vão tomar posse os Deputados do grupo do PS Tiago Fernandes e Vânia Silva. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----Um: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, acerca da atividade da Freguesia, nos termos da alínea e) do número dois do artigo nono da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Relativamente à ordem do dia vamos entrar no ponto um, apreciação da informação escrita e vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Junta para fazer a sua apresentação.-----

-----Sr. Presidente da Junta: Todos têm na vossa posse a informação escrita, qualquer dúvida que tenham, façam o favor de apresentar.-----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Alguém tem alguma questão?-----

-----Sr. António Figueiras: Fez-se a recolha de elementos para a atribuição dos cabazes de Natal. Quais foram os critérios de atribuição e quantas famílias é que usufruíram? -----

-----Sr.^a. Secretária da Junta: É a Ação Social da Câmara que faz a seleção das famílias, no total foram atribuídos oitenta e seis ou oitenta e sete cabazes. –

-----Sr. António Figueiras: Diz aqui na informação escrita, continuamos a transportar o médico, enfermeiro e auxiliar para a extensão de saúde de Paço dos Negros, tive conhecimento que essa extensão de saúde esteve fechada durante o verão, a extensão esteve fechada desde quando? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Este serviço já se faz há uns anos, desta vez no período de férias, por falta de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, o Centro de Saúde de Almeirim esteve mais tempo sem lá ir fazer o serviço, agora já começou com regularidade, também já têm mais pessoal. Queria também referir em relação aos cabazes, que fizemos um levantamento das pessoas mesmo carenciadas e vamos ter uma verba da parte da JNB que muito agradecemos e vamos fazer a entrega de mais alguns cabazes a famílias que por algum motivo não foram contempladas. -----

-----Sr. Carlos Bento: O que eu queria dizer é que acho muito pouco tempo, quatro dias, para as pessoas fazerem a inscrição, e nomeadamente as pessoas

carenciadas não têm meios de transporte, eu gostaria de saber se futuramente não seria possível darem um prazo mais prolongado e por outro lado a própria Junta entregar os cabazes em casa das pessoas? Por outro lado gostaria de saber se não seria possível a Câmara delegar os valores na Junta, para ser a Junta a decidir a quem entregar os cabazes? -----

-----Sr.^a. Secretária da Junta: Relativamente à entrega dos cabazes, nós fomos entregar a quem não conseguiu vir levantar o cabaz ao pavilhão da Junta. -----

-----Dois: Apreciação, discussão e votação do orçamento e opções do plano para o ano de dois mil e dezoito. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Relativamente ao ponto dois, vou pedir ao Sr. Presidente da Junta que faça a apresentação do orçamento e do plano de atividades. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Temos aqui todos os documentos de suporte do orçamento e planos, alguma dúvida que possa surgir, que eu saiba, esclarecerei, caso contrário, temos aqui o apoio do Dr. José Luís e do Dr. Nuno, que são os responsáveis por esta parte contabilística. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Alguma questão? -----

-----Sr. António Figueiras: Aqui na proposta do plano de atividades para dois mil e dezoito, nesta proposta aqui no orçamento, não existe nenhuma verba do IEFP, a Junta não tem intenção de contratar ninguém? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Isso aparece na rubrica, zero seis, zero três, zero nove, subsistema de proteção à família e políticas ativas de emprego. -----

-----Sr. António Figueiras: No ponto quatro, saúde e ambulâncias, quais são as ferramentas que se vão adquirir para este serviço? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Vários equipamentos, para o funcionamento do serviço. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Vamos então fazer a votação do orçamento. -----

----- Posto à votação o Orçamento e opções do plano para o ano de dois mil e dezoito, foi aprovado por maioria com três abstenções, uma do Deputado da CDU e duas do Grupo Inovar Almeirim. -----

-----Declaração de voto do Sr. Diamantino Rodrigues, Deputado do Grupo Inovar Almeirim: Vejo vários subsídios atribuídos a instituições, não seria possível compactar todos estes subsídios e estabelecer uma verba no início do ano a atribuir a cada instituição? Daí a minha abstenção. -----

-----Três: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação da segunda revisão orçamental. -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Relativamente ao ponto três, proposta para a segunda revisão orçamental, vou novamente pedir ao Sr. Presidente da Junta que apresente esta revisão orçamental à Assembleia. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Mais uma vez peço ajuda aos técnicos da JNB, portanto, alguma dúvida, gostaria que os doutores me ajudassem aqui neste ponto. -----

-----Sr. António Figueiras: Um esclarecimento aqui no transporte de ambulâncias, havia uma verba de vinte e três mil euros, passou para cinquenta e sete mil euros, o que é que se passou? Aqui nos Outros, esta despesa, setenta e quatro mil euros é referente a quê? -----

-----Dr. José Luís: Isto foi um conjunto de despesas que a Junta necessitou de fazer ao abrigo da lei dos compromissos, e como no momento em que fez as despesas não tinha ainda dotação disponível, aquilo que está a pedir à Assembleia com esta revisão orçamental é autorização para gastar um valor superior aquele valor que foi efetivamente aprovado no orçamento do ano passado. Neste caso, como no serviço de ambulâncias vai haver uma cobrança superior aquilo que estava inicialmente previsto e porque o Município de Almeirim também transferiu um valor superior aquilo que estava inicialmente previsto. O Valor da despesa que está aí em, Outros, na verdade é o conjunto total destas receitas, que não vai ser gasto nesta rubrica, vai o orçamento ser alvo de uma alteração orçamental em sede de Junta, onde este valor de setenta e quatro mil euros vai ser distribuído por algumas rubricas de despesa onde efetivamente vai ser necessário até ao final do ano. -----

-----Sr. Carlos Bento: É só a questão dos Outros, não sei o que são os Outros.

-----Dr. José Luís: Conforme referi há pouco, esta verba vai sofrer uma alteração, por mais meia dúzia de rubricas, onde ela está a ser necessária. -----

-----Sr^a. Presidente da Assembleia: Não havendo mais questões vamos então votar esta revisão orçamental? -----

-----Posta à votação, a proposta de segunda revisão orçamental, foi aprovada por maioria com uma abstenção do Deputado da CDU. -----

-----Quatro: Outros assuntos de interesse da Freguesia, de acordo com as competências previstas na Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, que altera a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro e a Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de janeiro. -----

-----Sr^a. Presidente da Assembleia: Solicitava então ao Sr. Figueiras que apresentasse a proposta da CDU. -----

-----Sr. António Figueiras: A CDU, tem apresentado em todas as assembleias, aqui no nosso Concelho, uma proposta, sobre a seca, sobre a poupança de água que é essencial. Esta proposta é para lembrar essencialmente os cuidados a ter com a poupança da água. O objetivo é que seja uma proposta pedagógica, para que no site da Junta seja enumerado o que está aqui na proposta que é essencialmente a poupança da água. -----

-----Sr^a. Presidente da Assembleia: Vamos então passar à votação. -----

-----Posta à votação a proposta da CDU, foi aprovada por maioria com uma abstenção da Deputada Vânia Silva do grupo do PS. -----

-----Declaração de voto da Deputada Vânia Silva do Grupo do PS: É de louvar esta informação, sem sombra de dúvida, no entanto não sei até que ponto é que o site da Freguesia é o sítio mais adequado para o fazer. -----

-----Sr. Carlos Bento: De acordo com promessas e com um pedido meu ao Sr. Presidente e uma promessa que ele publicou nos jornais locais, de que o site da Junta iria publicar todas as atividades da Junta até ao fim do ano. Seria fundamental que se publicasse no site da Junta pelo menos as atas que são aqui aprovadas por esta Assembleia. -----

-----Sr. Presidente da Junta: O site da Junta já está a ser alterado e já contempla informação nova, e o Facebook já pode ser consultado. -----

-----Sr. António Figueiras: Tenho a dizer que a limpeza melhorou, também à entrada das Fazendas, quando se vem de Almeirim, aquelas canas eram bem cortadas, aquilo está a dar um mau aspeto à entrada da Freguesia. Também tive conhecimento que o único maquinista da Junta se tinha reformado. A Junta já acautelou o recrutamento de um novo maquinista? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Já temos um operador que estamos a negociar a cedência com a Câmara. As canas, estamos à espera que venha a Câmara com o corta mato para fazer a limpeza aquele local. -----

-----Sr. Carlos Bento: Eu vejo aqui no orçamento que a Junta tem uma despesa avultada com os CTT e sendo os CTT uma empresa privada e cotada na Bolsa, não se compreende que a Junta de Freguesia tenha que financiar uma empresa privada. Outro assunto, é o Centro Cultural, não sei quem é que lá manda, quem dirige, quem utiliza, se há regulamento de utilização e sobretudo os programas para dois mil e dezoito. -----

-----Sr. António Figueiras: Eu queria fazer uma observação sobre os CTT, que era, a Junta recebe dos CTT cerca de quinhentos e oitenta euros por mês, que não dá para pagar à funcionária, mas os CTT é uma coisa de serviço público, que se nós não pagássemos, ficávamos sem ele, isto é fruto das políticas que têm sido seguidas no nosso país, que é a destruição do serviço público. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Os CTT é uma empresa privada que decidiu fechar nas Fazendas, noutra executivo foi negociada a melhor solução para a Freguesia para não se acabar com este serviço público. Quanto ao Centro Cultural, está sob gestão da Câmara, não foi feito nenhum protocolo com a Junta e também digo, que a Junta não tem condições para suportar aquele edifício. Aquilo tem uma despesa que a Junta não tem condições de suportar. Há uma extensa colaboração com a Câmara para organizar o máximo de eventos possível. -----

-----A Sr^a. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Encerrada a ordem do dia, deu-se início ao período destinado ao público onde irão intervir os cidadãos que se inscreveram para o efeito no início da sessão. -----

-----Sr. João Rosa: Quero, saudar a Mesa, o Executivo, os Deputados e os restantes cidadãos, que desejo votos de sucesso para esta Assembleia e para

esta Freguesia e vinha-vos fazer um pedido, porque eu não sou Deputado desta Assembleia, queria pedir se podia ter acesso prévio aos documentos que estão agora a discutir, porque eu tenho interesse em vir a estas Assembleias, apesar de não ter direito de voto e de poder expressar a minha opinião, gostava de poder acompanhar com esses documentos, não sei se é possível ao não? -----

-----Sr.^a. Presidente da Assembleia: Legalmente não, mas é possível, os elementos do público intervirem em qualquer dos pontos que estamos a discutir. -----

-----Sr. Manuel Martins: Muito obrigado Sr.^a. Presidente, permita cumprimenta-la e desejar-lhe as melhores felicidades. Aproveito também para cumprimentar o novo Executivo e os novos Deputados e desejar que tudo corra como desejarem para o bem da Freguesia, como é óbvio. Ouvi atentamente todas as intervenções e houve uma coisa que eu estranhei, que foi, que ninguém falasse da Herdade que era a maior fonte de riqueza da Junta, era, porque agora parece que a Câmara já está a superar isso com as verbas que dá para cá. A pergunta que eu fazia era rigorosamente sobre a Herdade, porque hoje não foi aqui nada falado sobre dois projetos que o Sr. Presidente nos deu conhecimento na primeira reunião e única de setembro, dois projetos que tinha chegado a sua aprovação e tinha urgência em ver o assunto resolvido até fins de setembro, e a pergunta que eu ponho, é, qual é o ponto da situação desses dois projetos? -----

----- Sr. Presidente da Junta: Esses dois projetos, um já está aprovado e em fase de adjudicação e temos também aqui aprovado o projeto de beneficiação de montado de sobro. -----

-----Sr. Rui Arsénio: Os dois projetos que fazem parte de candidaturas a fundos comunitários, já foram submetidos inicialmente em dois mil e catorze, mas que apanharam a fase de transição entre quadros comunitários e só foram assinados os termos de aceitação durante o ano de dois mil e dezassete. Um deles que é o das galerias ripícolas das margens da Ribeira de Muge, esse já está em fase de contratação e procedemos ao ajuste direto do primeiro desses projetos. O Segundo projeto, que é o do montado de sobro, da parte onde seria construída a prisão, essa parte ficou de fora e vem agora aprovada e assinado o contrato em finais de setembro, e estamos agora a proceder aqui à fase de adjudicação. -----

-----Sr. Manuel Martins: Se eu percebi bem, não houve concurso? -----

-----Sr. Rui Arsénio: Não, abaixo de setenta e cinco mil euros é por ajuste direto, legalmente é por ajuste direto. -----

-----Sr. Manuel Martins: Pois, é que houve aqui concursos por ajuste direto e lá está a tal coisa, quando se está a falar de clarificar as coisas, de tantas legalidades, eu curiosamente, nunca houve um concurso com treze pontos para se vender uma coisa que não existe, as pinhas. -----

-----Sr. Rui Arsénio: Mas numa venda tem que haver concurso público, tem que haver um edital. -----

-----Sr. Manuel Martins: Foram feitos aqui vários concursos públicos, eu não estou a dizer que isto é ilegal, eu até me atrevia a dizer quem é a empresa que vai ganhar, porque o que vocês estão agora a falar, eu já sei à mais de dois meses e curiosamente foi longe daqui, em que eu estava num almoço que falaram no projeto da Ribeira de Muge, porque dos trinta hectares não faço ideia concretamente onde é que eles estão localizados, porque aquilo que não foi intervencionado, com aquilo que nós compramos no meu tempo, ultrapassa os quarenta. Mas há aqui outra coisa interessante é que para o plano de dois mil e dezasseis que está agora a terminar, diz que na Herdade continuaremos a intervir em modos idênticos ao de anos anteriores, aguardamos a aprovação de um projeto de beneficiação do montado de sobro, numa área aproximada de trinta hectares, no valor de cerca de trinta e quatro mil cento e trinta e um, ponto, trinta e quatro euros. Encontra-se aprovado o projeto de beneficiação da galeria ripícola da Ribeira de Muge no valor de dezasseis mil duzentos e cinquenta e dois euros e treze cêntimos, sendo financiado a oitenta e cinco por cento. É estranho que estando este projeto aprovado em dois mil e dezasseis, portanto há mais de um ano, ainda não esteja feito este trabalho. -----

-----Sr. Rui Arsénio: O projeto estava aprovado, não estava contratado. Há aqui diversas fases do projeto, que começam com a audiência de interessados, depois tem a decisão de aprovação e depois tem a contratação e isso não depende de nós, depende da entidade que aprova este tipo de projetos. -----

-----Sr. Manuel Martins: Eu depois do que ouvi, estou esclarecido e acho muito estranho que o Sr. Presidente tivesse afirmado que aqui não se fazia nada sem concursos, nem que fosse de um euro, porque a advogada disse que tinha que haver sempre concurso para tudo, coisas de dinheiros que a maioria é financiada por fundos comunitários, não haja concursos, é estranho. Abriu-se concurso para tudo, para isto, não se abriu porquê? -----

-----Sr. Rui Arsénio: O Ajuste direto ficou decidido numa ata ainda do seu tempo. -----

-----Sr. Manuel Martins: Mas eu pedi essa ata ao Sr. Presidente. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Queria apenas esclarecer o Sr. Manuel Martins que posso arranjar-lhe a cópia dessa ata. Agora a situação de a obra estar adjudicada até setembro eram os planos que nós tínhamos, agora os contratamentos e os procedimentos, que o engenheiro Rui Arsénio acabou de explicar, determinaram esse atraso. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata que eu, Luís Carlos Caniço Ferreira Ervideira, Assistente Técnico da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, para o efeito designado, redigi. -----

O PRESIDENTE:

Sofia P. Ferreira

O 1º SECRETÁRIO: *Paulo Sérgio Lourenço*
O 2º SECRETÁRIO: *Vânia Silve*

deixou: *Murilo*